



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 66917 - RS (2021/0218336-5)

RELATOR : MINISTRO MANOEL ERHARDT (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF-5ª REGIÃO)
RECORRENTE : PAULO EDSON DONNER DIAS
ADVOGADO : LUÍS HENRIQUE PINTO LOPES - SC020901
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em mandado de segurança com pedido de liminar interposto, com base no art. 105, inciso II, *b*, da Constituição Federal, e art. 1.027, II, *a*, do Código de Processo Civil, por PAULO EDSON DONNER DIAS contra acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO que denegou o *writ*.

Alega que impetrou mandado de segurança em decorrência de ato coator do Presidente da Comissão de Concursos Públicos da Fundação Carlos Chagas, considerando a decisão de recurso administrativo proferida pela Comissão de Heteroidentificação, a qual retirou o nome do recorrente da lista dos candidatos aprovados a concorrer as vagas reservadas às cotas raciais.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, às fls. 268-269, a respeito de seu pleito, entendeu que:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA CONCURSO PÚBLICO. AUTODECLARAÇÃO DO CANDIDATO. COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO. CRITÉRIO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO. (IR)REGULARIDADE NA AVALIAÇÃO.

1. O Edital que regula o concurso público prevê a adoção do critério de fenotipia (e não do genótipo ou ancestralidade), para a seleção de candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos), estabelecendo que a autodeclaração étnico-racial deve ser aferida por uma Comissão de Verificação. Tais disposições editalícias são legais e legítimas, uma vez que (1.1) visam a conferir efetividade à ação afirmativa, assegurando que beneficie seus reais destinatários; (1.2) a Administração Pública pode e deve adotar medidas de fiscalização e controle de ingresso pelo 'sistema de cotas', pois a autodeclaração do candidato não possui valor absoluto e incontestável, não configurando, a avaliação de sua idoneidade, por meio de comissão criada para esse fim, procedimento desarrazoado; (1.3) a verificação da autodeclaração do candidato, de forma presencial (e não só por meio de fotografias ou com base em ancestralidade), é indispensável para que a política de ação afirmativa atenda às finalidades que justificam sua existência, evitando eventuais fraudes ou abusos; (1.4) no julgamento da Arguição de

Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 186, o e. Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do sistema de cotas raciais, reconhecendo a legitimidade do sistema de heteroidentificação, em complementação à autoidentificação, e do critério fenotípico para seleção dos candidatos; (1.5) o risco de arbitrariedade, erros de percepção e subjetividade na avaliação visual do candidato é - em tese - minimizado não só pela atuação de um colegiado na aferição de suas características fenotípicas e da visão social sobre o seu pertencimento ou não ao grupo étnico-racial por ele indicado, como também pela possibilidade de interposição de recurso administrativo, e (1.6) as decisões da Comissão de Verificação de Autodeclaração Étnico-Racial, no exercício de suas atribuições, possuem presunção de legitimidade, que só pode ser afastada por prova em contrário.

2. A decisão administrativa exprime, de forma clara e objetiva, a motivação da negativa da Comissão de Verificação, e a prova pré-constituída acostada aos autos - fotografias de infância, juventude e atuais - não é suficiente para o reconhecimento de que houve equívoco na avaliação administrativa. Além disso, a regra editalícia prescreve que o candidato só é excluído do certame quando a autodeclaração estiver revestida de má fé.

3. A opção do impetrante pela via mandamental restringe, consideravelmente, a amplitude da dilação probatória - que aqui é imprescindível, por envolver a controvérsia matéria fática.

Requer, ao final, liminarmente (fl. 318):

01). Diante do exposto, estando presentes o “*fumus boni iuris*” e o “*periculum in mora*”, Requer a concessão de medida liminar, suspendendo o acórdão do Evento 46, do TRF da 4ª Região, determinando que a autoridade coatora ADOTE EM FAVOR DO RECORRENTE O MESMO PROCEDIMENTO ADOTADO AOS DEMAIS APROVADOS NO CERTAME, AUTORIZANDO O RECORRENTE A REALIZAR OS DEMAIS REQUISITOS EXIGIDOS PARA O CONCURSO, AMPARADO NAS NOTAS AFERIDAS E PELA CONDIÇÃO DE SER PESSOA DE COR “PARDA” CONFORME AS PROVAS DOS AUTOS, a fim de evitar prejuízo de ordem incalculável ao Recorrente, amparado no *fumus boni iuris* e no *periculum in mora*, conforme todo o exposto nos autos, como medida de inteira justiça;

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em recurso em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida. A recorrente não comprovou o risco de dano irreparável que se faça necessário atendimento durante o presente plantão, uma vez que, caso haja decisão sobre o alegado direito líquido de forma que lhe seja favorável,

tomará posse no cargo desejado, não havendo irreversibilidade se não houver a concessão da liminar no regime de plantão.

Não está evidenciado o perigo da demora, uma vez que, mediante análise da argumentação apresentada, não ficou caracterizada situação emergencial irreversível que pudesse justificar a concessão de liminar sem o devido aprofundamento da questão de mérito pelo colegiado, não tendo, portanto, desenvolvido nenhuma argumentação sobre a necessidade concreta e urgente de concessão da liminar, que justifique a atuação em regime de plantão.

Ademais, no presente caso, o pedido de liminar confunde-se com o próprio mérito do recurso, circunstância que demonstra a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno, sobretudo sobre a verificação de prova pré-constituída de que houve, conforme alega, equívoco na avaliação da comissão do concurso sobre a heteroidentificação realizada.

E, destaque-se, que o próprio Supremo Tribunal Federal, por meio do julgamento realizado na ADC n. 41, declarou a constitucionalidade da reserva de vagas aos candidatos negros, como também declarou legítima a verificação presencial, pela comissão de avaliação da cota racial, da veracidade da autodeclaração do candidato de que possui fenótipo de negro, que foi exatamente o que ocorreu nos presentes autos.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente